

Patrimônio, preservação e poder

Frederico HOLANDA*, Gabriela TENORIO^a

* PhD (Universidade de Londres, 1997)

Universidade de Brasília

Cond. Vivendas Colorado, Mod. J, Casa 1, 73105907, Brasília, DF

fredholanda44@gmail.com

^a Mestre (Universidade de Brasília, 2000), Universidade de Brasília

Resumo

Uma das principais questões envolvendo a preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade é a ausência, ou, pelo menos, a ambiguidade dos parâmetros que presidem as políticas de preservação. Resultam decisões arbitrárias e imprevisíveis relacionadas a quaisquer episódios urbanísticos. Há um paradoxo: 1) medidas que implicam prejuízo para a paisagem urbana são aprovadas porque não são percebidas como tal pelas instâncias de preservação; 2) medidas que beneficiariam a configuração da cidade e sua apropriação pelas pessoas são proibidas porque são vistas como danosas ao sítio. Portanto: mais é aprovado e mais é proibido do que deveria ser, concomitantemente. Além disso, em ambos os casos (permissões e restrições) uma ideologia elitista é revelada, que beneficia a apropriação da cidade pelas faixas mais elevadas dos poderes aquisitivos. Medidas garantem mais espaço para o carro individual nas áreas urbanas centrais (p.ex. o Setor Comercial Norte); há agressiva repressão ao comércio informal nos espaços públicos e a usos do solo mais populares, em importantes avenidas. É o caso: do comércio informal na Plataforma Rodoviária; da feira de artesanato da Torre de TV; do surgimento de hotéis baratos e pensões populares na Av. W-3 Sul. As políticas de preservação de Brasília não levam em conta tendências em políticas similares em outras partes do mundo, que consideram a dimensão cultural como central nas questões da preservação do patrimônio. Políticas ignoram o fortalecimento da urbanidade como objetivo crucial relacionado à configuração da cidade mediante a valorização do espaço público; a opinião de atores sociais das classes populares é desconsiderada: eles não conseguem contrapor à visão oficial da cidade e conseguir a implementação de soluções alternativas que beneficiariam não só a eles próprios mas à cidade como um todo.

Palavras-Chave: Brasília; patrimônio cultural; políticas de preservação; poder

Abstract

One of the main issues concerning the preservation of Brasilia as a World Cultural Heritage Site is the absence or, to say the least, the ambiguity of the parameters that preside over the city's monitoring policies. The results are arbitrary and unpredictable decisions related to each and every urbanistic episode. There is a paradox: 1) measures which imply damaging cityscape are approved because they are not perceived as such by the preservation agencies; 2) measures which would benefit the city's configuration and its appropriation by the people are prohibited because they are seen as damaging the site. Therefore: more is approved and more is prohibited than it should, simultaneously. Moreover, in both cases (permissions and restrictions) an elitist ideology is revealed, one which benefits the city's appropriation by the upper income layers. Measures grant more space for the individual car even in the most central areas (e.g. North Commercial Sector); there happens an aggressive repression against informal commerce in public spaces and more popular land uses in buildings, in important avenues. It is the case with: informal traders in the Road Platform; the TV Tower weekly fair; the appearance of cheap hostels in the W-3 South Avenue. Brasilia's preservation policies do not take into account recent trends in similar policies around the globe, which give a place of pride to cultural importance as a central aim concerning heritage preservation. Policies ignore the strengthening of urbanity as a crucial objective related to city's form by means of the valorisation of public space; the opinion of the more popular social actors involved is disregarded: they do not succeed in countering official outlooks towards the city and in managing the implementation of alternative solutions which would benefit not only themselves but the city at large.

Keywords: Brasilia, cultural heritage, preservation policies, power

1. Introdução

É preciso distinguir entre discursos e fatos em qualquer âmbito da realidade. Isso inclui configuração urbana. Talvez em Brasília as contradições entre discurso e fato sejam particularmente agudas. Desde a concepção da cidade, as proposições apontam numa direção e a construção da cidade real noutra. Há muitos aspectos pelos quais analisar a configuração de uma cidade. Neste trabalho uma escolha é feita – a que privilegia as relações entre a organização espacial da cidade e a distribuição das classes sociais no território, e ambos dizem respeito aos locais de residência e ao uso rotineiro do espaço público. As relações classes sociais \times sua distribuição no espaço apresentam particularidades que variam com o lugar, mas nota-se a mesma regra básica em qualquer parte do coração metropolitano – o Plano Piloto e seu entorno imediato: uma constante luta para alargar o espectro social em todas as suas partes e os movimentos contrários que a ideologia e o poder dominantes impõem, ou seja, manter ou fortalecer a presença neste espaço somente dos mais altos poderes aquisitivos.

Uma particularidade de Brasília joga um papel central: é um sítio declarado Patrimônio Cultural da Humanidade. Não surpreende que a necessidade de preservá-lo com tal proporcione o pano de fundo para os argumentos relativos à ordem espacial – legitimamente ou não. O sítio tombado contém o núcleo do projeto original proposto por Lucio Costa em 1957, mas alguns dos bairros originais ficam fora dos seus limites – p.ex. as casas unifamiliares na margem do lago. Além disso, embora constituindo o maior sítio tombado no mundo pela UNESCO, o perímetro tombado circunscreve uma pequena parte da atual metrópole: 116 km² dos 5.802 km² do Distrito Federal (IPHAN, 2007). Ainda assim, o sítio tombado inclui os quatro tipos fundamentais de configuração que constituem o coração metropolitano. Os quatro tipos passaram a ser chamados, talvez inadequadamente, de “escalas” da cidade. São configurações urbanas que têm atributos específicos quanto à estrutura dos seus espaços abertos e de seus tipos edifícios, mas eles não coincidem exatamente com determinadas partes da cidade: alguns atributos são encontráveis em lugares de natureza diversa. Ainda assim, as “escalas” proporcionam um formato adequado para o texto que se segue.

As quatro escalas de Brasília (doravante sem aspas) são: 1) a *monumental*; 2) a *gregária*; 3) a *residencial* e 4) a *bucólica*. A monumental concerne os espaços mais emblemáticos da cidade, aqueles onde os edifícios relacionados à função precípua da cidade – uma capital nacional – estão localizados: a Praça dos Três Poderes, a Esplanada dos Ministérios, e o seu prolongamento para oeste. A gregária concerne o “centro da sociedade civil”, onde escritórios, hospitais, hotéis, galerias comerciais etc. se localizam. A residencial concerne o principal tipo de espaço residencial da cidade: as superquadras. Finalmente, a bucólica concerne as áreas circunvizinhas esparsamente ocupadas nas quais, p.ex., localizam-se as embaixadas e a Universidade de Brasília (Fig. 1).

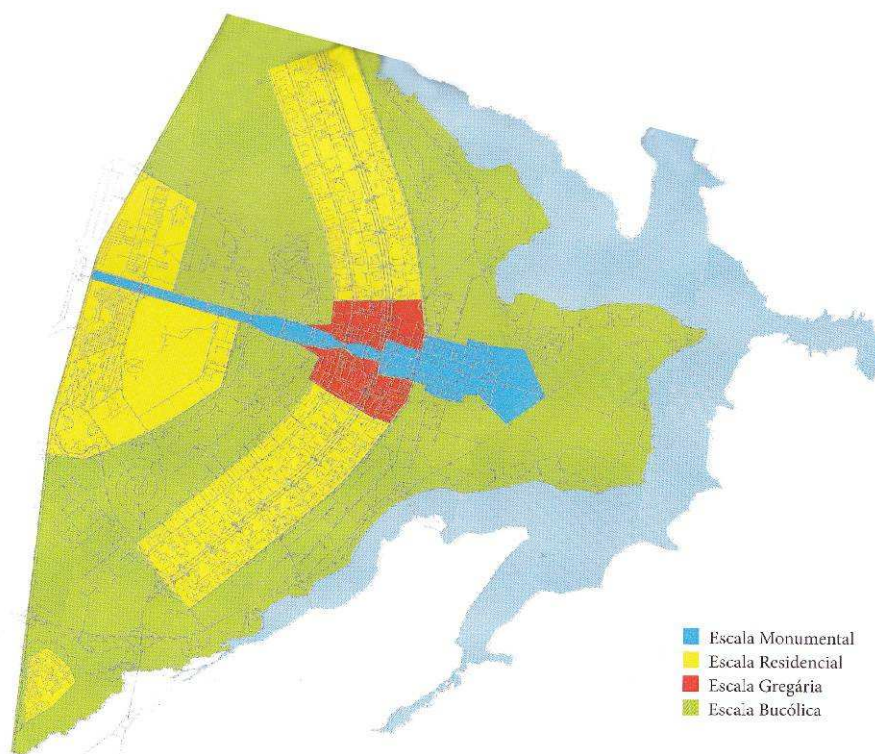


Fig. 1: As quatro escalas de Brasília: *monumental* (azul); *gregária* (vermelho); *residencial* (amarelo); *bucólica* (verde) (Fonte: adaptado de IPHAN, 2007)

Aqui, não discutiremos as escalas amplamente: isso foi feito em outros momentos e por vários autores (p.ex. HOLANDA, 2010, FERREIRA & GOROVITZ, 2009, LEITÃO, 2009). Antes, o objetivo será caracterizar política e ideologicamente as *tensões* que ocorrem em cada uma delas, tensões relacionadas, como sugerido acima, à maneira pela qual as pessoas de diferentes classes sociais se apropriam da cidade. As tensões estão relacionadas à competição entre modos de categorizar e usar a cidade e, em última instância, à qualidade de sua organização para satisfazer o papel fundamental da cidade – a oportunidade para ver e interagir com o Outro. Isto é: sua *urbanidade*.

As tensões serão ilustradas pelo que se *reprime* (explícita ou implicitamente) e pelo que se *permite* (também explícita ou implicitamente), em cada uma das escalas.

2. Sobre a escala monumental

Alguns aspectos do projeto de Lucio Costa não se realizaram – isso acontece em todas as escalas, de maneiras variadas. A Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes são os principais elementos da escala monumental – aqui estão os espaços simbólicos por excelência da cidade. É um local para funcionários públicos, embora inclua a

Catedral Metropolitana e os dois Setores Culturais na sua extremidade oeste. Mesmo aqui, Lucio Costa propôs um espaço mais variado do que encontramos hoje: havia um edifício baixo, a conectar os ministérios individuais, que devia abrigar serviços diversos. Nunca foi feito.

2.1. O que se reprime

O edifício não executado abrigaria serviços diversos, complementares ao trabalho do funcionalismo público, que neles veria contempladas parte de suas expectativas quanto ao entorno do seu trabalho: restaurantes, lanchonetes, bancas de jornais e revistas, lotéricas etc. Não tendo sido realizado o edifício a abrigá-los, eles começaram a surgir espontaneamente, não por acaso no lugar onde Lucio Costa o tinha esboçado.

As atividades acrescentam à formalidade do lugar uma atmosfera interessante (Fig. 2). Sem elas, o espaço público estaria deserto, exceto nos momentos em que as pessoas chegam e saem do trabalho. Com elas, milhares de pessoas ocupam o lugar nas horas mais movimentadas do dia. Todavia, em vez de se inspirarem nesta interessante *indisciplina do homem comum* (CERTEAU, 2000), pela qual pessoas comuns contribuem para um uso popular do espaço, o governo reprime a iniciativa. O argumento é recorrente: essa informalidade contradiz as regras de preservação. Nunca é dito em que termos, ou se diferentes soluções seriam aceitáveis, de acordo com aquelas mesmas regras. A proposta original de Lucio Costa, mais uma vez, é desconsiderada.



Fig. 2. Um dos trechos mais ativos da Esplanada num dia de semana

O resultado, aparentemente paradoxal, é que a estratégia governamental *enfraquece* o papel que os espaços monumentais da Capital exercem na mente das pessoas, ao fazer deles espaços exclusivamente *simbólicos*, para serem usufruídos *expressivamente e de*

fora, e não espaços que também sejam *instrumentais*, para serem usufruídos *praticamente e de dentro*.

2.2. O que se permite

O que se permite apenas contribui para aquilo que a repressão implica. Permitem-se novos projetos que não definem um espaço público de qualidade, onde se possa sentir tudo, menos o aconchego dos lugares abertos próprios ao convívio nos centros das cidades. Permite-se um Conjunto Cultural da República, em tudo oposto aos atributos de transparência e abertura para com o espaço público aberto, característicos da arquitetura clássica dos palácios de Brasília (Fig. 3), e em tudo oposto à descrição do Relatório do Plano Piloto para a área (Lucio Costa: “... setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos etc.”) (COSTA, 1957, 1995). A sensação de aridez e desconforto é patente, não apenas por falta de vegetação, como alguns argumentam. Espaços minerais aconchegantes abundam na história – vide a Praça Tiradentes, em Outro Preto, e tantas outras, no Brasil ou alhures, como as que faziam as delícias de um Camillo Sitte. Não, o problema é morfológico, refere-se às grandes dimensões do lugar e ao fato de os edifícios não definirem, por causa de suas formas convexas (circulares em planta), claras unidades de espaço aberto *dentro* das quais nos sintamos, e porque são ofuscantemente fechados e opacos em suas amplas superfícies de concreto pintado de branco.



Fig. 3. Museu Nacional Honestino Guimarães, do Conjunto Cultural da República

3. Sobre a *escala gregária*

O cruzamento dos dois eixos estruturadores de Brasília – Eixo Rodoviário e Eixo Monumental – e seu entorno imediato, formam a base material da escala gregária. Lucio Costa pensou um lugar movimentado, uma mistura de Picadilly Circus, Times Square e Champs Élysées. Não foi o que resultou. O acesso ao lugar é difícil e inseguro; não há sombras e praças acolhedoras; espaços abertos são dominados pelo carro e mal iluminados. Entretanto, centenas de milhares de pessoas passam por aqui todos os dias. O aparecimento do comércio informal seria a mais natural das ocorrências (Fig. 4).

3.1. O que se reprime

Os vendedores ambulantes não são vistos como contribuindo para a cidade, mas como uma ameaça – em vez de se utilizar desta prática social como insumo para adequar, melhorar, vitalizar o lugar, e inserir nele mais diversidade, o poder governamental usa da força para erradicá-lo.

Em maio de 2008 os ambulantes foram removidos para um “shopping popular” – contradição em termos – num local isolado, por onde ninguém passa. Resulta que, mais de dois anos depois da remoção, o local está 70% vazio. E, como seria de esperar, os ambulantes estão retornando à anterior localização, apesar da forte repressão.



Fig. 4. A Plataforma Rodoviária antes de os vendedores ambulantes serem removidos (2007)

Absurdos como possam parecer tais desenvolvimentos, eles resumem-se ao mesmo e recorrente fenômeno em Brasília, particularmente em suas áreas centrais: impedir a apropriação mais popular do espaço público. “Limpar” e “organizar” o centro urbano – termos oficiais – mal escondem o preconceito e o elitismo das medidas.

3.2. O que se permite

Bem próximo à Plataforma Rodoviária, onde ocorre essa tensão permanente quanto aos vendedores ambulantes, constrói-se o Setor Comercial Norte (Fig. 5). Como no Conjunto Cultural da República, o lugar não poderia ser mais inóspito, com um agravante: não está na escala monumental, mas na gregária, onde supostamente deveria haver lugares para convidativa apropriação pelos mais amplos segmentos sociais. Se na monumental ainda poder-se-ia argumentar (erroneamente) que se trata de espaços *simbólicos*, aqui nem isso. O espaço em tudo contraste com seu irmão sulino (o Setor Comercial Sul), onde uma intensa apropriação pelos pedestres ocorre (pelo menos durante o dia, pois ela morre ao cair da tarde). Os edifícios são introvertidos, têm uma única, ou muito poucas portas para o exterior, e são cercados por mares de estacionamentos. Nada mais impróprio para o gregarismo no âmbito público.



Fig. 5. Setor Comercial Norte

4. Sobre a *escala residencial*

Talvez as contradições mais gritantes entre discurso e realidade refiram-se à escala residencial. Lucio Costa propôs apenas dois tipos de espaços domésticos: as superquadras, com blocos de seis pavimentos sobre pilotis, e as “casas individuais”. A história mostrou a limitação do repertório: nem hoje, nem então, os tipos contemplam a demanda da diversidade social de uma cidade brasileira. O resultado é que somente as mais altas faixas de renda ocupam esses espaços. O surgimento de outros tipos, por circunstâncias diversas, mostra quão variado teria de ser o repertório.

4.1. O que se reprime

O fascinante exemplo da Vila Planalto é execrado por arquitetos e governo por igual. O lugar é remanescente de um acampamento de obras, lugar de extrema variedade edilícia e urbana (Fig. 6). Surpreendentemente, a Vila apresenta a mesma estratificação social do DF como um todo: é um microcosmo da metrópole. Entretanto, ela é considerada “fora de contexto” – Lucio Costa queria escondê-la com vegetação – e não mereceria estar onde está por não ser “esteticamente qualificada”. Decerto a Vila não é o suprasumo da beleza. Mas isso não está em jogo nem está sendo discutido aqui. Está em jogo a congruência entre certos atributos arquitetônicos (*lato sensu*) e a presença de uma estratificação social variada. A Vila exemplifica-o por excelência. Ela mostra como o “repertório superquadra” nunca poderia abrigar todo o espectro social; mostra que, se queremos uma cidade justa para o aqui e o agora, há que admitir tipos edifícios e urbanos congruentes com o poder aquisitivo da população – em *todo* o seu espectro.



Fig. 6. Variedade edilícia e urbana na Vila Planalto

4.2. O que se permite

Há ainda muitas áreas a serem ocupadas, próximas ao centro metropolitano, dentro ou fora do perímetro tombado. São áreas ocupadas homogeneamente – para ricos ou para pobres. Dentro do perímetro tombado, somente projetos com os mais altos preços por metro quadrado construído do país; fora dele, a quilômetros de distância, os assentamentos populares.

Novamente, é assim em virtude de uma política excludente. Nada, na letra da lei, dentro ou fora do perímetro tombado, impede que novos bairros sejam diversificados, e adequados a uma estratificação de renda similar à da Vila Planalto. Para isso, um variado repertório tinha de ser utilizado – de edifícios para apartamentos de luxo, num extremo, até lotes para autoconstrução por famílias pobres, por outro, com todos os tipos intermediários que identificamos em tantas áreas do DF.

5. Sobre a *escala bucólica*

A escala bucólica faz a transição entre cidade e campo: áreas de baixa densidade que circunscrevem o Plano, com grandes trechos de paisagem natural preservada e edifícios de pouca altura e muito separados (Fig. 7). Na periferia imediata do Plano a escala está, a leste, nas áreas entre as asas residenciais e a orla do lago; e a oeste, em dois grandes parques (Parque da Cidade, ao sul, implantado, e Parque Burle Marx, ao norte, por implantar). Mas o “bucolismo” da *cidade parque* está na presença do verde por toda parte, em maior ou menor grau, as escalas a se interceptarem. Lamentavelmente, a cidade “dá as costas” para o lago. Os problemas da ocupação da orla lacustre têm origem na relação cidade/lago e no modo de ocupação das margens, desde o projeto: Lucio Costa a previa com clubes e hotéis de turismo.

5.1. O que se permite

Estava aberto o precedente, contra a tradição brasileira de manter públicas as margens dos corpos d’água, de qualquer natureza. Além de clubes e restaurantes, surgiram centros de convenções, conjuntos de cinema “multiplex” com praças de alimentação, academias de ginástica e, de maneira crescente recentemente, apartamentos de luxo cada vez menos disfarçados de hotéis (Fig. 8). Na orla próxima às “casas individuais” a regra é a expansão do lote até a água, avançando sobre a área verde que deveria permanecer pública, agravando inclusive os problemas ambientais do Lago.

5.2. O que se reprime

Resulta que o uso franco, público e popular da orla lacustre está reduzido a poucos episódios, onde, minimamente, há alguma (ruim) infraestrutura (Fig. 9). A acessibilidade é precária: o transporte é caro e não há linhas de ônibus cuja frequência e conforto facilite o usufruto de tão privilegiada paisagem. Apesar disso, ainda há presença de pessoas, nos fins de semana e feriado, nas poucas áreas que sobraram acessíveis. Há muitas áreas ainda a preservar, equipar e franquear ao uso público. Bom exemplo é um trecho de orla de mais de 2 km ao longo do território do Campus Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília, hoje apenas um matagal.

6. Conclusão

Não há porque questionar a preservação das muitas qualidades de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Infelizmente, faltam os instrumentos legais, ou mesmo uma doutrina clara. Não há diretrizes oficiais explícitas pelas quais os atributos essenciais da cidade sejam discutidos, muito menos defendidos. A legislação é muito econômica. Ela falha em descrever mais extensa, sistemática e precisamente as várias escalas da cidade, ao não citar explicitamente a estrutura morfológica que as caracteriza. Isso dá ampla margem para interpretações arbitrárias: aqui entra livre o poder hegemônico.

Como na fábula do lobo e do cordeiro: contra a força do argumento, o argumento da força.



Fig. 7. A escala bucólica está, p.ex., a leste das Asas Residenciais do Plano Piloto (parte de ocupação rarefeita no centro da figura, às margens do lago)



Fig. 8. Condomínios fechados de luxo cada vez menos disfarçados de hotéis



Fig. 9. Apropriação popular das margens do lago

Brasília é a quarta metrópole brasileira e as instituições oficiais parecem não considerar o Plano Piloto como parte desta realidade – parte que abriga apenas 12% da população metropolitana. O governo local e o IPHAN citam frequentemente Lucio Costa: “a Brasília não interessa ser uma grande metrópole”. Isso serve de explicação para a negativa em se propor intervenções que possam, por exemplo, facultar o acesso de famílias de baixo poder aquisitivo para viver e para desfrutar uma paisagem de tão excepcional qualidade. Um amplo programa de educação para o patrimônio e um debate aberto são necessários para estabelecer novos parâmetros que garantam não só a preservação física da capital mas também a diversidade social na qual sua cultura se fundamenta.

7. Referências

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – vol. 1**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COSTA, Lucio. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. Empresa das Artes, São Paulo, 1995.
- COSTA, Lucio. **Relatório do Plano-Piloto de Brasília**. MÓDULO Revista de Arquitetura e Artes Plásticas, ano 3, n. 8, edição especial , julho, 1957.
- FERREIRA, Marcílio Mendes, GOROVITZ, Matheus. **A invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília**. Brasília: IPHAN, 2009.
- HOLANDA, Frederico de. Brasília - cidade moderna, cidade eterna. Brasília: FAU-UnB, 2010.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação de Brasília. Brasília: IPHAN / 15ª Superintendência Regional, 2007.
- LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.